

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.513.681 - RJ (2019/0154365-3)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
AGRAVANTE : REDE D'OR SÃO LUIZ S/A
ADVOGADO : GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO - RJ095502
ADVOGADOS : BIANCA MARIA DE SOUZA MACEDO PIRES - RJ148026
KARLA DE CARVALHO GOUVEA E OUTRO(S) - RJ113268
AGRAVADO : M F DE O
REPR. POR : M G DE O
ADVOGADOS : ALINE DE LIMA GAVAZZA DE ALMEIDA E OUTRO(S) - RJ181168
GREICE CARDOSO DE MENDONÇA - RJ202722

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DIREITO DO CONSUMIDOR. ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 1.022, I E II, E 489, IV, DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO-HOSPITALAR. UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO - UTI. TRANSFERÊNCIA DE PACIENTES. REFRIGERAÇÃO INADEQUADA. FALHA GRAVE. RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR. CARACTERIZAÇÃO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO. ANÁLISE. REEXAME DE PROVAS. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. VALOR. IRRISORIEDADE OU EXORBITÂNCIA. AUSÊNCIA. REVISÃO. REEXAME DE PROVAS. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Todas as matérias foram devidamente enfrentadas pelo Tribunal de origem de forma fundamentada e sem erro material, inexistindo violação aos arts. 1.022, I e II, e 489, IV, do CPC/2015. O julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, quando encontra motivação satisfatória para dirimir o litígio.

2. A conclusão a que chegou o Tribunal de origem, no sentido de que a transferência de pacientes da ala pediátrica da unidade de tratamento intensivo - UTI, incluindo a ora agravada, em razão da necessidade de obras no local, para a ala de adultos, onde havia problemas técnicos na refrigeração, acarretando a volta para a ala de origem, caracterizou falha grave na prestação de serviço médico-hospitalar e, consequentemente, o direito à indenização por danos morais, decorreu de convicção formada em face dos elementos fáticos existentes nos autos. Rever os fundamentos do acórdão recorrido importaria necessariamente no reexame de provas, o que é vedado nesta fase

recursal. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. O STJ possui entendimento uniforme no sentido de que, em sede de recurso especial, a revisão do valor da indenização por danos morais, fixado pelas instâncias originárias, apenas é possível quando aquele for irrisório ou exorbitante. No caso, verifica-se que o *quantum* indenizatório de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), em razão da falha de prestação de serviço médico-hospitalar, que ocasionou sofrimento à criança e risco de contaminação por microorganismos prejudiciais à saúde, foi arbitrado em termos razoáveis, motivo pelo qual não se mostra pertinente sua modificação. Incidência da Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça acordam, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira e Marco Buzzi (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator